DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

Relatório Conclusivo de Avaliação Institucional

Desempenho da DPE/SE no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) – Ciclo 2026



DESTAQUE OFICIAL DE DESEMPENHO

Na tarde de 10 de novembro de 2026, na solenidade de entrega de parte das certificações nas categorias Diamante, Ouro e Prata ocorrida no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, a Defensoria Pública do Estado de Sergipe conquistou o índice de transparência de 99,49%, recebendo o **SELO DIAMANTE**. O resultado reflete a excelência na gestão da informação ao cumprir 100% dos critérios essenciais do PNTP/Atricon — garantindo ampla visibilidade sobre receitas, despesas, contratações e folha de pagamento —, consolidando uma trajetória ascendente de conformidade institucional que a projeta entre as instituições de Justiça mais transparentes do país, além de oferecer elevada usabilidade, plena eficiência dos canais do e-SIC e total alinhamento às diretrizes da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da LGPD para o fortalecimento do controle social.

1. Equipe Técnica e Apoio Institucional

Avaliação e conteúdo das informações
Josélia Souza de Brito – Diretora Financeira e Avaliadora.

Gestão do Portal e Apoio Tecnológico
Pedro Raimundo – Diretor de Tecnologia da Informação
Equipe técnica: Lucas dos Santos e Sillas Muritiba.

Acompanhamento e Diretoria Executiva
Dr. Jesus Jairo Almeida Lacerda – Subdefensor Público-Geral para Assuntos Institucionais e Carla Fonseca Fernandes de Brito – Diretora-Geral.

2. Contexto do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP)

O PNTP é coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) e os Tribunais de Contas estaduais. O programa analisou a transparência ativa em 10.879 portais públicos nos âmbitos federal, estadual e municipal, cerca de 8% a mais que no ano anterior.

Neste cenário amplo, o **Estado de Sergipe** (somadas as esferas estadual e municipal) alcançou o **1º lugar na média geral nacional**, com índice médio de **92,6%**, atestando o padrão de conformidade e governança pública mantido pelas unidades gestoras sergipanas.

3. Desempenho Comparativo

A. Ranking entre os Poderes, Estatais e Órgãos Autônomos de Sergipe

No comparativo entre os Poderes Estaduais, Estatais e Órgãos Constitucionais, a DPE/SE conquistou a **3ª colocação** ao manter o mesmo índice do ciclo anterior:

Posição	Poder / Instituição Avaliada	Índice de Transparência
1º	Judiciário	100%
2º	Tribunal de Contas	99,9 %
3º	**Defensoria Pública**	**99,5%**
4º	Ministério Público	94,7%
5º	Legislativo	87,6%
6º	Executivo	86,5%
7º	Estatais Independentes	73,5%
8º	Estatais Dependentes	62,9%

B. Posição no Cenário Nacional de Defensorias Públicas

Foram avaliados 28 portais de Defensorias Públicas federal, estadual e municipal, resultando em 18 certificações no patamar Diamante. A DPE/SE **integra o grupo de excelência máxima**:

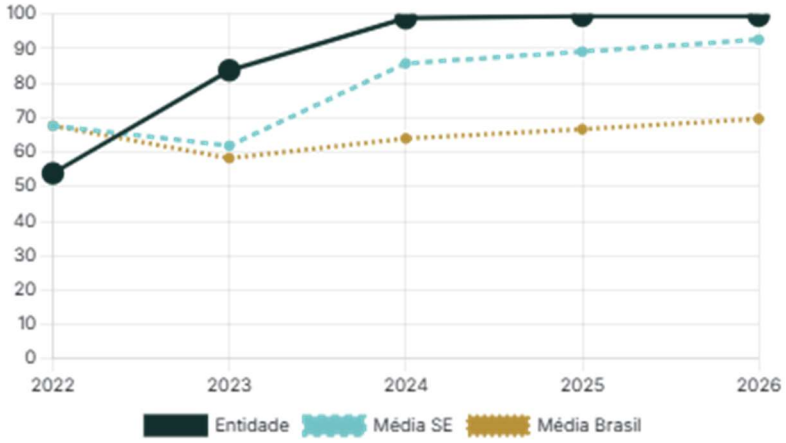
Posição	Unidade Federativa	Índice de Transparência
1º	PA, CE, RN, PE, AC, BA, MA	100%
2º	**SE, PI**	**99,5%**
3º	PB	99,3%
4º	ES	99,1%
5º	MG, TO	98,6%
6º	GO, RO	98,5%
7º	AM	98,2%
8º	PR	98,1%
9º	MT	96,8%

C. Evolução da Defensoria Pública de Sergipe



Em comparação com as médias estadual e nacional, a Defensoria Pública do Estado de Sergipe (DPE/SE) apresenta uma trajetória notável de superação e liderança institucional no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP): enquanto em 2022 a entidade figurava no nível Intermediário com 53,8% de índice e apenas 43,8% dos critérios essenciais cumpridos — ficando abaixo das médias de Sergipe (68%) e do Brasil (68%) —, registrou a partir de 2023 uma ascensão acelerada ao atingir 83,7% de transparência e 95,2% de conformidade essencial (categoria Elevado), superando ambos os parâmetros comparativos.

Essa virada consolidou-se no ciclo 2024, quando a DPE/SE alcançou o **Selo Diamante** com 98,8% de transparência e 100% de atendimento às exigências fundamentais, **patamar de excelência mantido com estabilidade nos ciclos de 2025 e 2026 ao atingir 99,5%**, o que coloca a instituição com larga vantagem em relação à média do Estado de Sergipe (93%) e à média nacional (70%), reafirmando-a como referência em transparência e controle social.



4. Regularização do Critério Pendente

Durante a apuração do ciclo avaliativo, foi registrado 1 (um) único apontamento técnico residual:

Item 15.3: "Possibilita a demanda e o acesso a serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial?"

Situação: Em estudo para reimplantação de forma eficiente para a sociedade.

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSELIA SOUZA DE BRITO
Data: 10/11/2026 20:28:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JOSÉLIA SOUZA DE BRITO
Diretora Financeira – Matrícula nº 294
CORECON-SE nº 1288, CNPEF nº 493, CRC-SE nº 7339, OAB-SE nº 15295
AVALIADORA PNTP DPE/SE